

Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de COVID-19 2019

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda

Bruno Funchal

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidente

Eduardo Luiz G. Rios Neto

Diretora-Executiva

Marise Maria Ferreira

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas

Cimar Azeredo Pereira (em exercício)

Diretoria de Geociências

Claudio Stenner

Diretoria de Informática

Carlos Renato Pereira Cotovio

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Carmen Danielle Lins Mendes Macedo

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Maysa do Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Ministério da Economia Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Diretoria de Pesquisas Coordenação de População e Indicadores Sociais

Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de COVID-19 2019



Rio de Janeiro 2021

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2021

Sumário

Apresentação	4
Introdução	5
Abastecimento de água	6
Adensamento domiciliar, existência de banheiro e rendimento domiciliar	12
Referências	17
Convenções	

Convenções

Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
Não se aplica dado numérico;
Dado numérico não disponível;
Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação; Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado
numérico originalmente positivo; e
Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

A publicação Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de COVID-19, com referência em 2019, busca proporcionar um conhecimento mais amplo da realidade social do país no cenário pandêmico, a partir de indicadores atualizados sobre temas estruturantes dessa realidade.

Nesta edição, os temas foram organizados com vistas a aprofundar a análise das condições de vida da população brasileira, com foco nas características dos domicílios, a partir de quatro dimensões fundamentais — Abastecimento de água; Adensamento domiciliar; Existência de banheiro e Rendimento domiciliar.

A principal fonte de informação para a construção dos indicadores foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019. Com cobertura de todo o Território Nacional, a pesquisa permite a apreensão das desigualdades sociais em distintos recortes territoriais tais como: Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios das Capitais.

As informações e tabelas mencionadas na publicação estão disponíveis no portal do IBGE na Internet, onde também pode ser encontrado o plano tabular completo da publicação em formato Excel ou Ods.

Cimar Azeredo Pereira (em exercício)

Diretor de Pesquisas

Introdução

Com o objetivo de subsidiar governos e a sociedade civil com informações estruturais sobre as condições de vida da população brasileira, este breve estudo traz informações sobre as características domiciliares no que se refere às condições de abastecimento de água, existência de banheiro, adensamento domiciliar e rendimento no Brasil. O texto a seguir acompanha uma tabulação especial de indicadores sociais, que poderão ser utilizados na construção de cenários e no monitoramento das políticas públicas voltadas ao combate da pandemia causada pela COVID-19. Os dados referemse ao ano de 2019 e constam no plano tabular anexo a este estudo.

Abastecimento de água

O acesso à água limpa e segura é reconhecido como um direito humano essencial¹. O seu provimento adequado em termos de frequência, volume e qualidade tem impactos diretos sobre as condições de saúde e de bem-estar da população. Assim, o abastecimento adequado de água, em conjunto com acesso satisfatório a outros serviços básicos (saneamento, energia elétrica, coleta de lixo) resultam em benefícios diversos, tais como o combate, controle e prevenção de doenças, a prática de hábitos higiênicos, conforto e bem-estar e os aumentos da expectativa de vida e da produtividade econômica (Razolini e Gunther, 2008).

Questões relativas ao acesso regular à água para suprir as necessidades básicas da população têm sido um dos problemas globais, especialmente nos países em desenvolvimento e de rápida expansão urbana e em áreas de elevado adensamento populacional. Projetando o agravamento dessa situação, foram estabelecidas como metas do sexto Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)² (6.1) alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e a preço acessível para todos e (6.3) melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos em âmbito mundial.

Sabe-se que o acesso efetivo da população à água envolve várias etapas relacionadas: (i) ao planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos no país, à quantidade disponível (volume das águas superficiais e subterrâneas e a sua captação; (ii) à capacidade de armazenamento de reservatórios, as precipitações de chuvas e balanço hídrico); (iii) ao monitoramento da sua qualidade (controle de poluentes e tratamento); (iv) à disponibilidade do recurso natural para os seus diversos usos (irrigação e pecuária, indústria, geração de energia, consumo humano e outros usos); e, por fim, (v) ao abastecimento humano (rede geral ou outras formas de abastecimento, infraestrutura de canalização e armazenamento nos domicílios, frequência do abastecimento)³. Neste texto a análise circunscreve-se aos aspectos do abastecimento de água nos domicílios.

No Brasil, dados contidos no relatório "ODS 6 no Brasil: Visão da ANA" sobre os indicadores, publicado pela Agência Nacional de Águas (ANA) mostram que as preocupações em relação às condições de abastecimento de água e demais aspectos do saneamento ambiental permanecem pertinentes (ANA, 2019). E o contexto atual da pandemia de COVID-19, no qual as autoridades globais e nacionais de saúde identificaram

³ Para maiores informações sobre o tema, consultar: https://www.ana.gov.br/usos-da-agua/abastecimento.



¹ Em 28 de Julho de 2010, a Assembleia Geral das Nações Unidas através da Resolução A/RES/64/292 declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos.

https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

² A Agenda 2030 estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas correspondentes, que resultaram de acordo entre os Estados-Membros em 2015. O ODS 6, composto por oito metas, tem por propósito "Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos".

que a lavagem das mãos com água e sabão, junto com o distanciamento social e a higienização dos objetos são medidas fundamentais para o enfrentamento da doença, tornou ainda mais evidente a questão da desigualdade no abastecimento de água nos domicílios brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, como órgão central dos sistemas nacionais de estatísticas e geoinformações, produz regularmente um conjunto de dados sobre os temas abordados e, consequentemente, tem papel relevante nas leituras possíveis dos dados produzidos. Na presente publicação, o IBGE disponibiliza estatísticas sobre o abastecimento de água nos domicílios no contexto da pandemia Covid-19, ressaltando as vulnerabilidades ou impossibilidade de parcela da população no uso efetivo da água para o cumprimento das orientações das autoridades sanitárias na higienização das mãos como medida de controle da disseminação da pandemia. Entendese a informação como recurso fundamental no âmbito das ações de superação e proteção da população frente ao grave quadro de saúde pública global.

O plano tabular anexo a esse documento foi elaborado a partir das informações captadas pelo módulo de domicílio da PNAD Contínua 2019. Esse módulo traz informações sobre a questão do acesso à água a partir de vários recortes sociodemográficos. Os resultados da pesquisa, por sua vez, reforçam a relevância do diálogo entre a temática da habitação e o campo da saúde pública no Brasil, em especial no que se refere ao controle de endemias e demais doenças cuja propagação correlaciona-se estreitamente com uma das questões fundamentais referentes às condições habitacionais que é o abastecimento da água.

Destaque-se que a parcela da população com melhores condições de cumprir as recomendações de higienização das mãos sempre que houver necessidade com riscos reduzidos é a que dispõe de água oriunda de rede geral de distribuição, com abastecimento diário e com estrutura de armazenamento em seu domicílio. Esse contingente, segundo dados captados pelo módulo de domicílio da PNAD Contínua⁴ 2019, perfez 62,2% da população.

Em uma situação intermediária, em graus diversos de vulnerabilidade quanto a dificuldades para lavagem das mãos nos locais de residência, estão as pessoas que residem em domicílios abastecidos pela rede geral, porém sem estrutura de armazenamento ou sem abastecimento diário (grupo que representava 22,4% da população em 2019), cuja vulnerabilidade decorre da possibilidade de indisponibilidade de água corrente por intermitências no fornecimento pela rede geral, e aqueles que residiam em domicílios com canalização interna, porém abastecidos principalmente por outra forma,

⁴ A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o Território Nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que contêm Municípios das Capitais, Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE Grande Teresina, e Municípios das Capitais. Além dos indicadores relacionados à força de trabalho, a Pnad Contínua pesquisa temas e tópicos suplementares em trimestres específicos, ou ainda ao longo do ano em determinada visita ao domicílio selecionado. O módulo de domicílio apresenta informações coletadas na primeira vista ao domicílio.

que não a rede geral (11,9%), devido a riscos associados ao abastecimento por meio de soluções alternativas de abastecimento (interrupções, contaminações, ciclos de chuvas, etc).

O módulo de domicílio da PNAD Contínua 2019 revela também que outros 3,4% da população estavam em situação ainda pior quanto ao cumprimento das orientações sanitárias visto que residiam em domicílios que não se encontravam ligados à rede geral de abastecimento de água, assim como não contavam com canalização de água em ao menos um cômodo do domicílio (Tabela 1)⁵.

⁵ A Tabela 1 corresponde a uma versão resumida da Tabela 2.1 UF que pode ser consultada no plano tabular anexo a este estudo.

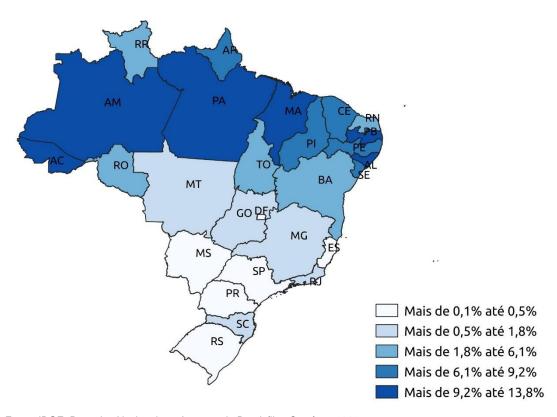
Tabela 1 - Distribuição de pessoas residindo em domicílios por forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de abastecimento de água e existência de canalização interna, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento - 2019

	Forma de abastecimento de água, presença de estrutura para armazenamento de água, frequência de abastecimento pela rede geral de distribuição de água e existência de canalização interna					
Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Regiões Administrativas Integradas de Desenvolvimento e Municípios das Capitais	Total (1 000 pessoas)	Abastecidos principalmente pela rede geral			Abastecidos principalmente de outra forma	
		Domicílio com abastecimento diário e estrutura para armazenamento de água	Domicílio com abastecimento diário e sem estrutura para	Frequência de abastecimento inferior à diária	Com canalização interna	Sem canalização interna
		Proporção				
Brasil	209 496	62,2	12,2	10,2	11,9	3,
lorte	18 113	29,6	22,1	6,6	31,1	10,
Rondônia	1 767	37,6	1,7	5,2	52,5	3,
Acre	865	19,3	1,2	34,0	33,0	12,
Amazonas	3 983	40,6	27,7	3,9	16,2	11,
RM Manaus	2 547	43,7	32,6	4,1	15,4	4
Roraima	540	27,9	54,6	4,1	8,1	5
Pará	8 561	20,1	23,4	5,8	36,9	13
RM Belém	2 309	22,9	34,8	6,4	30,4	5,
Amapá	838	22,9	21,6	9,8	39,3	6
RM Macapá	625	22,2	25,3	9,8	37,6	5
Tocantins	1 560	54,9	24,1	2,8	15,4	2
lordeste	56 928	41,1	13,3	24,8	12,9	7
Maranhão	7 041	34,1	20,2	14,8	18,9	11
RM Grande São Luís	1 455	35,7	12,1	28,3	21,7	2
Piauí	3 272	47,5	33,2	4,5	8,6	6
RIDE Grande Teresina	1 224	53,6	38,6	1,5	4,6	1
Ceará	9 129	50,6	14,3	13,1	14,4	7
RM Fortaleza	3 968	61,8	22,5	4,7	9,2	1
Rio Grande do Norte	3 507	48,2	6,5	32,1	7,3	5
RM Natal	1 537	75,5	10,0	9,8	4,0	C
Paraíba	3 997	33,4	18,2	24,8	13,5	10
RM João Pessoa	1 316	44,6	34,9	10,7	8,4	1
Pernambuco	9 499	21,4	5,4	47,9	16,3	9
RM Recife	4 000	33,4	6,1	46,6	12,8	1
Alagoas	3 330	43,5	17,0	17,7	12,5	9
RM Maceió	1 263	62,0	23,4	4,2	10,4	C
Sergipe	2 299	48,1	12,2	24,3	8,0	7
RM Aracaju	961	70,3	15,3	12,3	0,9	1
Bahia	14 854	48,4	9,9	26,4	9,8	5
RM Salvador	3 928	66,4	16,5	14,6	1,9	C
Sudeste	88 350	81,4	5,7	5,1	7,4	0
Minas Gerais	21 158	80,6	4,4	3,9	10,5	C
RM Belo Horizonte	5 354	91,9	5,0	1,7	1,3	C
Espírito Santo	4 015	78,2	4,5	2,6	14,5	C
RM Grande Vitória	1 979	87,4	6,7	3,4	2,5	C
Rio de Janeiro	17 264	75,5	2,2	9,6	11,8	0
RM Rio de Janeiro	12 644	76,6	2,1	9,8	10,8	0
São Paulo	45 913	84,2	7,6	4,1	3,7	C
RM São Paulo	21 734	85,8	6,2	6,0	1,9	0
Sul	29 932	60,9	24,0	2,8	11,9	0
Paraná	11 421	68,0	18,7	3,2	9,7	C
RM Curitiba	3 600	78,3	11,8	5,6	4,0	C
Santa Catarina	7 153	69,5	10,4	3,6	15,7	C
RM Florianópolis	1 046	87,3	5,1	2,8	4,8	C
Rio Grande do Sul	11 359	48,3	37,9	1,9	11,7	C
RM Porto Alegre	4 280	51,2	37,9	2,0	8,6	0
Centro-Oeste	16 173	71,2	11,3	4,8	11,9	0
Mato Grosso do Sul	2 709	65,2	20,4	3,0	11,0	0
Mato Grosso	3 431	61,6	5,7	13,2	18,7	0
RM Vale do Rio Cuiabá	929	49,1	1,2	40,7	8,5	0
Goiás	7 021	75,8	8,0	3,1	11,9	1
RM Goiânia	2 606	79,8	6,1	4,8	8,1	. 1
Oolai lia	2 000	13,0	0, 1	→,0	0,1	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019, consolidado de primeiras entrevistas.

O cartograma 1 apresenta a proporção de pessoas por UF que viviam em domicílios abastecidos principalmente por outra forma, que não a rede geral, e sem canalização interna para abastecimento de água. Como é possível observar, as Regiões Norte e Nordeste concentraram as UFs com maior proporção de pessoas que residiam em domicílios nessas condições, o que se considera uma fragilidade significativa para o cumprimento das medidas de higienização necessárias.

Cartograma 1 – Proporção da população residindo em domicílios com abastecimento de água principalmente de outra forma e sem canalização interna para abastecimento de água – Brasil – 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019. Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas.

Analisando o plano tabular, as Tabelas 2.1 e 2.1 UF, por exemplo, revelam que 10,2% da população residente no Brasil vivia em domicílios que, mesmo abastecidos principalmente pela rede geral de água, a frequência de abastecimento era inferior à diária, em 2019. Já 15,3% da população habitava em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento, sendo que uma parte dessa população, 3,4%, não possuía acesso à água canalizada dentro do domicílio naquele ano.

Entre as Grande Regiões, o Nordeste apresentou o maior percentual de população residente em domicílios abastecidos pela rede geral de água, mas com frequência de abastecimento inferior à diária, 24,8%. Enquanto a Região Norte possuía, em 2019, o

maior percentual de pessoas morando em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e sem canalização interna nos domicílios, 10.7%.

Entre as UFs, Pernambuco obteve o maior percentual de população residente em domicílios abastecidos pela rede geral de água, mas com frequência de abastecimento inferior à diária, 47,9%. Enquanto entre as Regiões Metropolitanas, a RM de Recife registrava o maior percentual de habitantes vivendo em domicílios nessa mesma condição, em 2019, 46,6%. Já entre as capitais, São Luís do Maranhão apresentou o maior percentual de pessoas vivendo em domicílios abastecidos por rede geral de água, mas com frequência de abastecimento inferior à diária, 36,4%.

No ano de 2019, o Pará era a UF que contava com o maior percentual de pessoas vivendo em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e sem canalização interna nos domicílios, 13,8%. Nesse mesmo ano, a Região Metropolitana (RM) de Belém (5,5%) e a capital de Rondônia, Porto Velho (6,1%), também se destacaram com os maiores percentuais de pessoas morando/habitando em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e não contavam com canalização interna nos domicílios.

Quanto ao perfil sociodemográfico, observa-se que, comparadas às pessoas que se declaravam brancas em 2019, as pessoas de cor ou raça preta ou parda eram aquelas que concentravam uma parcela maior da sua população nos domicílios que, mesmo abastecidos principalmente pela rede geral de água, a frequência de abastecimento era inferior à diária, 12,5%. Essa mesma relação também se confirmou para as pessoas que viviam em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e não contavam com canalização interna nos domicílios. Nesse caso, o percentual de pessoas que se declaravam pretas ou pardas e viviam em domicílios com essas características era de 4,8%.

Quanto ao nível de instrução, as pessoas que se declararam como "sem instrução ou fundamental incompleto" compunham o grupo mais representativo, tanto no caso dos domicílios que, mesmo abastecidos principalmente pela rede geral de água, a frequência de abastecimento era inferior à diária, como no caso dos domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e não contavam com canalização interna nos domicílios. Esse mesmo padrão também foi observado na análise da "posição na ocupação". Nesse caso, o grupo mais significativo foi o de "empregados sem carteira de trabalho assinada".

A análise da situação do domicílio revela que 10,4% das pessoas que residiam nas áreas urbanas do Brasil viviam em domicílios que, mesmo abastecidos principalmente pela rede geral de água, a frequência de abastecimento era inferior à diária. Já nas áreas rurais, 18,8% das pessoas viviam em domicílios que não tinham na rede geral a sua principal forma de abastecimento de água e não contavam com canalização interna nos domicílios.

Adensamento domiciliar, existência de banheiro e rendimento domiciliar

Complementando a análise de dados básicos dos domicílios brasileiros relacionadas às condições de controle da disseminação da COVID-19, elaboraram-se também indicadores sobre o adensamento domiciliar, a composição etária das unidades domiciliares, o rendimento domiciliar *per capita* e a existência de banheiro de uso exclusivo. Esses aspectos dizem respeito (i) às aglomerações no interior dos domicílios e às possibilidades de isolamento de um morador no espaço domiciliar; (ii) à composição das unidades doméstica com membros de grupos etários de maior risco de desenvolvimento de formas graves da COVID-19, atentando para as estratégias de distanciamento social recomendadas; (iii) às condições de renda das unidades domiciliares para a sua reprodução social em cenário de desigualdade econômica prépandemia e que a crise sanitária tende a agravar; e, também, (iv) à existência de banheiros nos domicílios como uma informação central para as medidas de higiene requeridas como condição básica para a higiene das pessoas, evidenciada no contexto pandêmico.

As tabelas 2.2-UF e 2.2 apresentam a distribuição de pessoas residindo em domicílios, por número de moradores do domicílio. Em 2019, 27,0% das pessoas viviam em domicílios com 3 pessoas. Os domicílios com 6 moradores ou mais eram o local de residência de 9,8% das pessoas que viviam no Brasil. O estado do Amapá (32,5%), assim como a região metropolitana (RM) de Macapá (32,4%) e a capital, Macapá (32,0%), apresentaram a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com 6 pessoas ou mais, em 2019. Os domicílios com 6 moradores ou mais abrigavam principalmente pessoas que se declaravam pretas ou pardas, servindo como local de moradia para 12,3% desta população. Nas áreas rurais do Brasil, 14,7% da população residia em domicílios com 6 moradores ou mais, proporção que nas áreas urbanas representava 9,0%.

A tabela 2.2b-UF apresenta a distribuição das pessoas residindo em domicílios com renda domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia)⁶, por número de moradores do domicílio. No Brasil, a maior parte dessas pessoas vivia, em 2019, em domicílios com 4 moradores (27,4%), enquanto os domicílios com 6 moradores ou mais constituíam o local de residência para 22,0% das pessoas morando em domicílios com renda domiciliar *per*

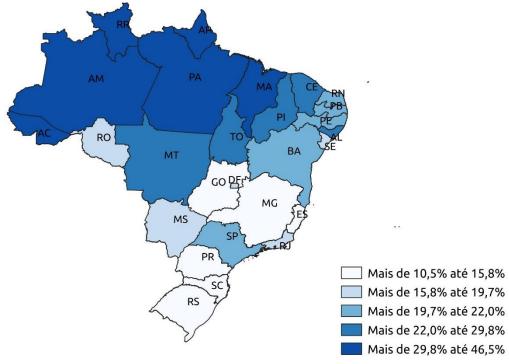
⁶ "Para fins de comparação internacional, o Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países. A atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em US\$ 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, PPP, purchasing power parity), o que representa a média das linhas de pobreza encontradas em 15 dos países mais pobres classificados pelo consumo/renda per capita. A taxa de câmbio medida em PPC permite comparar o valor real das moedas em determinado ponto do tempo por meio de uma pesquisa de preços de bens e serviços em diversos lugares do mundo. Assim, é possível saber quanto custam cestas de produtos equivalentes em cada país e comparar custos de vida. Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países, maior deve ser a linha de pobreza para que essa mantenha correspondência com o nível de rendimento médio daquela população, o Banco Mundial recomenda o uso das linhas de US\$ 3,20 PPC para países de renda média-baixa e US\$ 5,50 PPC para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com mais 46 países" (IBGE, 2020, p. 62). Para informações mais detalhadas, consultar: POVERTY and shared prosperity 2018: piecing together the poverty puzzle. Washington, DC: World Bank, 2018. 176 p. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-andshared-prosperity#higherstandards.

capita menor que US\$ 5,5 (PPC/dia). O destaque mais uma vez é o estado do Amapá (49,0%), assim como a RM de Macapá (48,5%) e a capital, Macapá (49,2%), por apresentarem a maior proporção de pessoas residindo em domicílios com renda domiciliar per capita menor que US\$ 5,5 (PPC/dia) vivendo em domicílios com 6 pessoas ou mais, em 2019. Na tabela 2.2b verifica-se a prevalência do padrão de desigualdade observado ao longo de todo conjunto de tabelas, com a prevalência de homens e mulheres pretos ou pardos entre as pessoas residindo em domicílios com renda domiciliar per capita menor que US\$ 5,5 (PPC/dia) vivendo em domicílios com 6 pessoas ou mais, em 2019.

As tabelas 2.3-UF e 2.3 apresentam a distribuição de pessoas residindo em domicílios, por condições de adensamento do domicílio. Nessas tabelas verifica-se que 62,5% das pessoas viviam em domicílios com mais de um, até dois moradores por dormitório. No ponto mais extremo, 5,6% das pessoas viviam em domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório no Brasil, em 2019. Na Região Norte, 13,2% da população habitava domicílios com mais de 3 moradores por dormitório, sobressaindo-se o estado de Roraima com 23,1% da população vivendo em domicílios com mais de três moradores por dormitório, em 2019.

O cartograma 2 apresenta a proporção de pessoas residindo em domicílios com mais de dois moradores por cômodo utilizado como dormitório. Esse indicador apresentou-se elevado nas UFs da Região Norte e Nordeste, mas com participação substancial em outras UFs das regiões Centro Oeste. No Sudeste, há destaque para São Paulo, UF mais populosa do país, que à época contava com a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com essas características entre todos os estados das regiões Sul e Sudeste. Nesses casos, ressalta-se a dificuldade de cumprimento das medidas de isolamento social que impeçam a disseminação entre moradores de um mesmo domicílio.

Cartograma 2 – Proporção da população residindo em domicílios com mais de dois moradores por cômodo utilizado como dormitório – Brasil – 2019



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.

Nota: Dados consolidados de primeiras entrevistas

No que se refere a distribuição de pessoas residindo em domicílios por banheiro de uso exclusivo, 32,2%, vivia em domicílios com mais de três pessoas por banheiro de uso exclusivo no Brasil, em 2019. Os domicílios sem banheiros, por sua vez, constituíam o local de moradia para 2,6% da população no Brasil naquele ano. Essa condição se apresentava mais significativa na Região Norte do país, onde 11,0% das pessoas vivem em domicílios sem banheiro, sendo que no Acre este percentual alcançou 21,9%, em 2019. Na Região Nordeste, destaca-se a Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) de Teresina com 4,4% das pessoas vivendo em domicílios sem banheiro.

Entre as pessoas que viviam em domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório, os homens e mulheres pretos ou pardos se fazem mais representativos. Entre as pessoas que se declaravam pretas ou pardas, 7,1% viviam em domicílios com mais de três pessoas por dormitório. Homens e mulheres pretos ou pardos apareciam com a mesma proporção nesse caso. Os domicílios sem banheiros, por sua vez, constituíam o local de moradia para 3,9% das pessoas que se declararam pretas ou pardas, em 2019, ante 0.8% daquelas que se declararam brancas.

As Tabelas 2.3a-UF e 2.3a apresentam a distribuição de pessoas residindo em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia), por condições de adensamento do domicílio. Nessas tabelas verifica-se que 50,9% dessas

pessoas viviam em domicílios com mais de um, até dois moradores por dormitório. No ponto mais extremo, 14,6% dessas pessoas viviam em domicílios com mais de 3 pessoas por dormitório no Brasil, em 2019. Na Região Norte, 25,3% dessa população vivia em domicílios com mais de 3 moradores por dormitório, com destaque para o estado de Roraima com 44,4% dessa população vivendo em domicílios com mais de três moradores por dormitório, em 2019.

No que se refere a distribuição de pessoas que residiam em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia), por banheiro de uso exclusivo, a maior parte dessa população, 57,2%, vivia em domicílios com mais de três pessoas por banheiro de uso exclusivo no Brasil, em 2019. Os domicílios sem banheiros, por sua vez, constituíam o local de moradia para 8,1% da população no Brasil naquele ano. Essa condição se apresentava mais significativa na Região Norte do país onde 20,7% das pessoas viviam em domicílios sem banheiro, com destaque para o estado do Acre aonde 40,7% das pessoas vivia em domicílios sem banheiro, em 2019. Na Região Nordeste, destaca-se a RIDE de Teresina com 10,2% das pessoas vivendo em domicílios sem banheiro. Os domicílios sem banheiros, por sua vez, constituíam o local de moradia para 9,4% das pessoas que residiam em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia) e declararam pretas ou pardas, em 2019, ante 4,1% daquelas que se declararam brancas.

As tabelas 2.4UF e 2.4 apresentam a distribuição de pessoas residindo em domicílios, por condições de adensamento do domicílio. A partir desta tabela verifica-se que, em 2019, 42,9% das pessoas viviam em domicílios nos quais mais de dois cômodos não eram utilizados nem como banheiro, nem como dormitório. Por outro lado, 3,5% das pessoas viviam em domicílios nos quais não existia nenhum cômodo que não era utilizado como banheiro, ou dormitório. Essa proporção chega a 10,6% na região Norte do país, com destaque para o estado de Roraima, 15,3%, assim como para a RM de Macapá (13,3%) e a capital Macapá (14,0%). Entre as pessoas que viviam em domicílios nos quais não existia nenhum cômodo que não era utilizado como banheiro, ou dormitório, 4,0% das pessoas que se declaravam pretas ou pardas viviam nesses domicílios, em 2019, ante 2,8% daquelas que se declararam brancas.

As tabelas 2.4a-UF e 2.4a apresentam a distribuição de pessoas residindo em domicílios com rendimento domicíliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia), por condições de adensamento do domicílio. A partir desta tabela verificamos que, em 2019, 44,5% dessas pessoas viviam em domicílios nos quais mais de dois cômodos não eram utilizados nem como banheiro, nem como dormitório. Por outro lado, 5,7% dessas pessoas viviam em domicílios nos quais não existia nenhum cômodo que não era utilizado como banheiro, ou dormitório. Essa proporção chega a 15,2% na Região Norte do país, com destaque para o estado de Roraima, 27,1%, assim como para a RM de Manaus (20,0%) e a capital de Roraima, Boa Vista (14,0%). Entre as pessoas que viviam em domicílios com rendimento domiciliar *per capita* menor que US\$ 5,5 (PPC/dia), nos quais não existia nenhum cômodo que não era utilizado como banheiro, ou dormitório, 6,0% das pessoas

que se declaravam pretas ou pardas viviam nesses domicílios, em 2019, frente a 4,6% daquelas que se declararam brancas, em 2019.

A Tabela 2.5 UF apresenta a distribuição das pessoas, por composição etária do domicílio onde vivem. Em 2019, 43,7% das pessoas viviam em domicílios compostos apenas por adultos e crianças, enquanto 15,1% das pessoas viviam em domicílios compostos por adultos e idosos e 8,1% das pessoas viviam em domicílios nos quais idosos e crianças viviam no mesmo domicílio. Domicílios unipessoais de idosos e domicílios com dois ou mais idosos correspondiam, respectivamente, à realidade de 2,6% e 4,3% das pessoas que viviam no Brasil, em 2010. Na Região Sudeste, observa-se a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios compostos por adultos e idosos, 16,4%, ao passo que, na Região Norte, registrou-se a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com a presença de idosos e crianças, com ou sem adultos, 11,5%.

A Tabela 2.6 UF apresenta a proporção de pessoas residindo em domicílios com adensamento excessivo, por presença de idoso no domicílio. Esta tabela revela que, entre os domicílios com presença de idosos, em 2019, 2,6% das pessoas viviam em domicílios com adensamento excessivo. Na Região Norte do Brasil, essa proporção chegava a 8,3% das pessoas, com destaque para Roraima, que atingia a proporção de onde 15,7%.

Referências

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2020, Rio de Janeiro : IBGE, 2020.

RAZZOLINI, Maria Tereza Pepe; GUNTHER, Wanda Maria Risso. Impactos na saúde das deficiências de acesso a água. **Saude soc.**, São Paulo , v. 17, n. 1, p. 21-32, Mar. 2008

Agência Nacional do Águas (Brasil).ODS 6 no Brasil: visão da ANA sobre os indicadores / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2019. p, 94.

Resolução da Assembleia Geral da ONU. Resolução A/RES/64/292 www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292

Glossário

acesso domiciliar a internet Condição dos domicílios onde ao menos um dos moradores tem acesso à internet no próprio domicílio, por qualquer equipamento.

adensamento domiciliar excessivo Categoria em que se classificam os domicílios particulares permanentes em que há mais de 3 moradores por cômodo utilizado como dormitório.

arranjo domiciliar Conjunto de pessoas residentes no mesmo domicílio.

banheiro Cômodo destinado a banho (isto é, que dispõe de chuveiro ou banheira) e que também dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

cor ou raça Característica declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, preta, amarela (pessoa que se declara de origem japonesa, chinesa, coreana etc.), parda ou indígena.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas.

dormitório Cômodo que está em caráter permanente sendo utilizado para esta finalidade por morador do domicílio particular permanente.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregado com vínculo É o conjunto da população ocupada com carteira de trabalho assinada somada aos militares e funcionários públicos estatutários das três esferas de governo.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

linha(s) de pobreza Recorte na distribuição de consumo ou rendimentos que separa as unidades de análise (pessoas, famílias, domicílios) em pobres e não pobres. Existem diversas metodologias para gerar linhas de pobreza, as mais comuns são as linhas absolutas (com valores numéricos específicos), relativas (uma proporção da média ou mediana dos rendimentos, por exemplo) ou subjetivas (baseadas na percepção das pessoas).

média de moradores por dormitório Total de habitantes residentes em domicílio particulares permanentes dividido pelo total de cômodos utilizados de forma permanente como dormitório nos domicílios particulares permanentes.

morador Pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontra na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos: viagens (a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.); internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo; detenção sem sentença definitiva declarada; internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e embarque a serviço (militares, petroleiros).

paridade poder de compra O fator de conversão de paridade de poder de compra (PPC) é o número de unidades da moeda de um país necessárias para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno como dólares comprariam nos Estados Unidos. A Paridade do Poder de Compra (PPC) é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países, ou moedas, e é utilizada como alternativa à taxa de câmbio, que, em geral varia com mudanças nos índices de preços e mesmo a volatilidade do mercado de capitais e especulação.

pobreza Identifica pessoas, famílias ou domicílios em situação de vulnerabilidade por não ter acesso a rendimentos, consumo ou uma cesta de bens e serviços considerados essenciais para o sustento. A pobreza é um fenômeno multidimensional e pode ser medida com uma abordagem que dá conta de diversas dimensões de restrição de acesso. Ao mesmo tempo, a abordagem mais recorrente utiliza valores monetários, quer dizer, rendimentos ou consumo (pobreza monetária).

pobreza monetária Identifica pessoas, famílias ou domicílios abaixo de uma linha de pobreza baseada em rendimentos ou consumo. A linha ou as linhas utilizadas podem ser únicas no país ou variar regionalmente, além de serem construídas segundo diversas metodologias. Ver também linha(s) de pobreza.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, trabalhador por conta própria, empregador, trabalhador auxiliar familiar.

rendimento mensal domiciliar per capita Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive os daqueles cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar, exclusive as pessoas cuja condição na unidade domiciliar é pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.

trabalhador familiar auxiliar Pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era conta própria, empregador ou empregado.

trabalhador por conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

trabalho principal Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem mais tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedica maior número de horas semanais. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporciona o maior rendimento.

trabalho Exercício de: a) Trabalho em ocupação - Trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens e serviços; ou trabalho sem remuneração direta ao trabalhador, realizado em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, que recebe em conjunto a remuneração pelo trabalho; b) Trabalho na produção de bens e serviços destinados somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes que residem em outro domicílio; c) Trabalho voluntário; d) Trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; ou e) Trabalho nos afazeres domésticos.

uso do banheiro Classificação do uso do banheiro do domicílio particular permanente em: uso exclusivo - quando o banheiro é utilizado, no cotidiano, apenas pelos moradores do domicílio; ou uso compartilhado - quando o banheiro é de uso comum dos moradores do domicílio e de moradores de domicílios próximos.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane Santos Moutinho

Gerência de Indicadores Sociais

João Hallak Neto

Equipe responsável pela elaboração do estudo

Bruno Mandelli Perez Claudio Dutra Crespo Gustavo Junger da Silva Sofia Machado Monti

Programação, processamento e tabulação dos resultados

Ailton José Lima Martins Furtado Hermes Romano Leal Marateo (Analista Censitário) Isabel Luzia Nori dos Santos Paulo César Dick Pedro Henrique Lamego Tavares (Estagiário)